

RESENHAS

MORAIS, Bruno. 2017. *Do corpo ao pó. Crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte*. São Paulo: Editora Elefante. 362pp. Prêmio melhor dissertação de mestrado no concurso Anpocs de obras científicas e teses universitárias em Ciências Sociais.

FLORBELA ALMEIDA RIBEIRO

Eu queria pegar um avião, ir lá em Brasília me esclarecer: por que é que a gente passa massacre? O corpo do índio será que não presta? Será que esse osso do meu irmão não presta? O coração da gente aberta, e por isso que a gente passa reintegração de posse, que a gente enfrenta. A gente vem aqui cuidar dos ossos. Se eu sair, onde é que eu vou guardar o meu irmão, como eu vou cuidar do osso dele? (p. 199)

Em um momento onde muitas das discussões antropológicas se voltam para a questão do fim do mundo, apoiadas em textos de Isabelle Stengers, Bruno Latour, Viveiros de Castro e Débora Danowski como alguns dos nomes protagonistas desse debate em torno do Antropoceno, os Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, em meio à violência cotidiana, tem muito a transmitir através de sua escatologia, sobre a conexão do presente com o futuro. Ao contrário do senso comum, construído pelo que foi divulgado pela mídia sobre a onda de suicídios, que reflete um povo desacreditado perante a situação de conflito com proprietários de grandes latifúndios, o livro do *Corpo ao Pó* traz uma outra perspectiva de encarar a morte e as incertezas da vida: “Perguntei aos indígenas sobre violência, eles me responderam com corpo, terra e cosmos” (p. 34). Espremidos em poucos hectares e massacrados constantemente em diferente sentidos esses indígenas seguem lutando pela demarcação de seus *tekoha*.

Logo na introdução, Moraes deixa claro sua posição em campo: é advogado de formação, atuante na causa indígena, e o mestrado em Antropologia, do qual derivou o livro, veio por outra motivação. O objetivo tinha relação com as taxas de homicídios e suicídios como justificativa primeira. A sua ideia inicial era realizar o trabalho de campo nas fazendas, como forma de obter dados sobre a gestão dos conflitos pelo viés do agronegócio. Fatos como o surgimento de empresas de segurança privada no Mato Grosso do Sul, a forma como as organizações desses produtores rurais falavam publicamente sua posição de proteção a sua terra em detrimento das reivindicações indígenas, ou seja, pelo modo como a situação estava abertamente configurada, era de se pensar que essa seria uma etnografia ousada, mas possível. Pressuposto que logo caiu por terra, quando a morte de uma liderança indígena e seus desdobramentos na mídia local, nacional e até internacional tensionou de vez os conflitos na região. E lembremos então do movimento de solidariedade nas redes sociais, em 2012, quando muitas pessoas

trocavam seu sobrenome por Guarani-Kaiowá. Nesse cenário um pesquisador nas fazendas não seria de todo prudente.

A pesquisa etnográfica tem essa característica de levar o pesquisador a refazer suas estratégias, perguntas e hipóteses no percurso do trabalho. E é interessante ver de onde se partiu e afinal onde se chegou. Morais decidiu encarar então o outro lado: investigar entre os próprios indígenas suas percepções sobre essa violência, sobre a forma como os fazendeiros e o próprio Estado lida, entre atuação e omissão, com a questão fundiária que envolve demandas indígenas. Também estava entre os objetivos da pesquisa compreender como lidam os Guarani e Kaiowá com tantas mortes, homicídios ou suicídios, entre os seus. Como viver “nas adjacências da morte”, que, não sem razão, é o título do primeiro capítulo, além de ser parte do título do próprio livro.

Já na abertura do primeiro capítulo o leitor se depara com as dificuldades do pesquisador em encarar o tema das mortes. Menos pela forma de buscar informações, pois as pessoas não hesitam em falar sobre o assunto, e mais por se deparar com narrativas longas e detalhadas sobre a violência que inevitavelmente provocam, no mínimo, desconforto em quem escuta. Para o leitor a comoção também é inescapável, ainda mais quando às descrições se somam os dados quantitativos a respeito das mortes de jovens nos últimos anos nessa região do estado. Como se não bastasse os números alarmantes, junta-se a esses dados a incerteza dos parentes: “não há explicações óbvias, não há perícia que aclare as dúvidas e aclame as angústias” (p. 61).

O autor busca nos dois capítulos iniciais traçar um paralelo entre o contexto histórico da formação das reservas indígenas pelo SPI, do cerco e a conjuntura da estrutura fundiária do estado, para então levar o leitor a refletir sobre a dimensão dos conflitos atuais. O processo de colonização, a história da formação da companhia Matte Larangeiras e seus ervaais, o modo como o governo lidava com os chamados “terrenos devolutos”, o trabalho dos indígenas na abertura das picadas e derrubadas de árvores nos locais onde foram instauradas as fazendas, são pontos de uma narrativa detalhada sobre o caminho traçado para se chegar ao momento onde se inicia a pesquisa de campo de Morais.

Termos como reserva indígena, acampamento, cerco, retomada, bem como o próprio movimento entre esses locais e os requisitos formais para a demarcação de terra, confusos ao leitor leigo, vão se tornando mais nítidos no decorrer das páginas. O que poderia ser somente um panorama do problema de pesquisa se apresenta como uma espécie de etnografia dos dados disponíveis sobre o tema, sobre a territorialidade, feita através de um cuidadoso levantamento da bibliografia sobre os Guarani e Kaiowá, das notícias veiculadas pela mídia e também dos processos jurídicos exaustivamente referenciados ao longo do livro.

Toda essa contraposição do antigo com o atual, entre dados históricos e pesquisas recentes, do passado com o presente exposta para a compreensão do contexto também é uma dicotomia vista na relação dos jovens indígenas com os costumes, com a terra, com a própria formação da pessoa, em oposição ao que pensam os índios mais velhos. A violência entre os jovens estaria relacionada à desorientação, ao esvaziamento do corpo, que “perambula” em vez de “caminhar”. A taxa de suicídio tem seu auge no início da década de 1990, quando da redução do apoio da Funai a essas populações que teve como consequência a saída em massa da reserva para os canaviais. O acesso às drogas, álcool, instrumentos

cortantes, produz efeitos no corpo – perda de controle constante. O próprio trabalho na agroindústria exerce nova força disciplinar no corpo indígena.

Nesse cenário, as demandas por suas terras de origem na forma de retomadas se concretizaram. A profissionalização da violência e terceirização da gestão do conflito através da presença das empresas de segurança privada, compostas em sua maioria por militares, foi, e tem sido, a resposta às estratégias de resistência desses indígenas. Fotos, mapas e tabelas ilustram a situação complexa e estarrecedora. Ao leitor parece não haver saída ou esperança, até a metade do livro. Mas para Dona Damiana, cacique de um dos locais de pesquisa e uma das principais informantes de Moraes, a resistência é o caminho: “Eu não vou sair daqui não. Entrei, se for matado morre na terra, não é, Bruno?” (p. 156). A reserva tem pessoas demais para pouco espaço, é o lugar da mistura indesejada, sob variadas perspectivas. “Na reserva nem defunto tem lugar” (p. 91), até os vivos e mortos estão misturados.

A existência de um cemitério em uma terra reivindicada não é essencial em termos jurídicos, porém essa é uma informação que circula e poderia justificar a relação tão próxima e frequente que os Guarani têm com esse local e sua importância, a despeito do que narra certa literatura clássica sobre esse povo. Entretanto, a narrativa no terceiro capítulo, onde mais aparece os dados da pesquisa de campo realizada por Moraes, que durou quase um ano, mostra que a relação entre corpo e territorialidade não é simples de ser compreendida. O Judiciário tem enfrentado processos que envolvem restos mortais e locais de enterro, pois com toda a violência instituída e condições precárias de sobrevivência, não faltam mortos para cuidar. Não são raras as remoções de corpos em meio a liminares e reintegração de posse.

Na segunda metade do livro chegamos à teoria etnográfica que, como opção metodológica anunciada na introdução e pincelada nos capítulos iniciais, se conecta com a explanação anterior sobre o contexto histórico e político, preenchendo lacunas e ampliando a visão do problema exposto no livro. Nos capítulos finais o advogado sai um pouco de cena para entrar o etnólogo impactado com a forma dos índios lidarem com temas tão sensíveis para nós. A foto do homem que segura o osso do irmão, que se refere à citação que abre essa resenha, nos coloca por alguns instantes no lugar nada confortável do pesquisador. Como reagir a essa situação? A saída encontrada por ele foi buscar uma possível tradução dos significados dessa relação com os mortos para então construir esse texto sem se apoiar em teorias, mas sim nas explicações elaboradas por eles. Como afirma: “toda morte é uma história a ser contada e menos importa o problema de qual é a regra do que as reflexões mobilizadas pelos nativos” (p. 249).

Por fim, o capítulo que fecha o livro traz a maior parte dos dados etnográficos. Desde os detalhes, que promovem o incômodo até o choque com o não abandono dos mortos. O que se segue ao enterro é a parte mais significativa dos ritos funerários. Essa é a conclusão que o autor chega ao apresentar os movimentos de cuidados constantes, “para sempre”, com os *anguery*. Para que assim seja, vivos e mortos devem ficar nos seus lugares. A comparação desses espectros com as gangues as quais é atribuída a violência atual nas reservas, assim como certa aproximação com os brancos e seu comportamento, é uma das demonstrações do quanto o mundo dos mortos está interligado ao dos vivos. Da mesma forma que os antepassados indígenas desempenham papel importante nas retomadas, os *anguery* tem sua função no tempo e no espaço dos Guarani e Kaiowá, com a sua própria organização do mundo. A relação com os mortos é a própria “sustentação do cosmos” (p. 342).

O livro é uma importante contribuição não só pelo tema espinhoso e urgente, mas também pela apresentação de como uma etnografia pode ser feita, e não só para um público de antropólogos. Na mescla de dados históricos, jurídicos e de campo propriamente dito, o autor construiu uma narrativa ambiciosa que transparece suas influências durante a pesquisa, nos diferentes âmbitos. Apesar de afirmar sua escolha sobre deixar os dados de campo “falarem por si”, atrás da construção dessa narrativa está o advogado, o pesquisador, o antropólogo, o militante, a comoção pela situação das famílias acompanhadas. O frio que correu na espinha, a tentativa de manter a postura diante das narrativas tristes, violentas e detalhadas, a hora de calar perante o desabafo de uma mãe – o pesquisador também é afetado no corpo. Não se passa ileso ao fazer antropologia entre vítimas de genocídio.

Ademais, *jopara*, *tekoha*, *tekoharã*, *tekojara*, *angue*, são exemplos de termos Guarani apresentados como conceitos nativos com os quais vamos nos familiarizando ao longo do texto e nos facilitam a compreensão dessa cosmologia Guarani e Kaiowá e sua relação direta com a questão fundiária do cone sul do Mato Grosso do Sul. Dados novos sobre velhos temas e o contraste com literatura amazônica sobre os mortos, deixa claro que não é uma pesquisa só sobre agronegócio, conflitos e reivindicações indígenas é sobre “transmutação do cosmos em corpo, corpo em terra, terra em território” (p. 34).

Florbela Almeida Ribeiro é doutoranda em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP).

RECEBIDO : 12/01/2018

APROVADO : 10/03/2018